

# ESPECIALISTAS EM EDUCAÇÃO:

## ideologia e cotidiano\*

Rogério Cunha de Campos\*\*

A figura do especialista em educação vem sendo discutida em congressos, artigos e dissertações. As críticas são de todo gênero. As propostas para "salvar" a figura do especialista nascem em todos os encontros. Todas norteadas pelo ideal de reencontrar a "função educativa" do supervisor, orientador, diretor e até inspetor. Acompanhamos essas propostas, não como especialistas mas como professor por eles supervisionado numa escola pública, no "terceiro turno", na 5ª e 6ª séries do ensino de 1º grau.

Registramos durante um ano o papel *real* — não o *ideal* — dos supervisores e orientadores, suas atividades no cotidiano e na rotina da prática de uma escola pública situada num bairro de composição basicamente operária, na região industrial de Belo Horizonte e Contagem, como parte de um diário de campo com anotações sobre o cotidiano escolar.

A observação do cotidiano é mais surpreendente e contraditória do que tantos textos e conferências de congressos pretendem revelar e até idealizar.

Com base na análise de documentos oficiais, de textos elaborados pelos orientadores educacionais e supervisora pedagógica que atuam na escola e, sobretudo, de registros pessoais sobre a prática dos especialistas, procuramos desvelar que concepções ideológicas são geradas pelas atividades desses profissionais e em que se articulam e conflitam com a concepção presente nas definições oficiais que orientam seu trabalho.

\* Este texto constituiu originalmente um trabalho interno ao Mestrado em Educação da UFMG, na disciplina "Educação e Ideologia". Foi apresentado no VII Simpósio de Estudos e Pesquisas em Educação, na UFBA, em outubro de 1983.

\*\* Professor da Universidade Estadual da Bahia (UNEB).

## Registros do dia-a-dia

O que nos revela o cotidiano?

A escola pública é perpassada por contradições que se revelam na rotina da prática escolar. Muitas vezes, a singeleza das práticas que se dão na escola indica uma realidade complexa que a observação mais demorada, por um tempo mais longo, permite captar. E é aí que os sonhos de recuperar a dimensão educativa do especialista se perdem no emaranhado da trama escolar.

Deixemos falar o cotidiano:

No dia 12 de maio, a supervisora, pouco antes da primeira reunião anual com os professores, distribui texto sobre as suas "funções" identificando-se como "uma funcionária que faz a ligação entre a diretoria e os professores, mas está do lado dos dois, não está contra os professores, nem contra a diretoria".

No dia 23 de maio, é realizado o primeiro conselho de classe do ano, com a participação dos professores, das duas orientadoras e da supervisora. No início da reunião, é lido um texto assinado pelas três e apresentado como uma mensagem aos professores:

"É o primeiro encontro, chegou com intuito único de congregiar idéias, vontades e decisões, em torno de um relacionamento simples, forte e criativo.

Reunindo vontades

em volta de muitas metas;

Ligar idéias para formar um pensamento mais universal;

Arrancar dúvidas para construir a limpidez da verdade;

Realçar o otimismo para projetar a luz;

Organizar as tendências para ver surgir o melhor;

Favorecer o entrosamento para fortalecer os elos;

Semear "nós" em cada palavra, em cada decisão;

Humanizar ordens para torná-las mais vivas;

Unir mãos para formar correntes;

Mostrar o sorriso para iluminar a coragem;

Matar os bloqueios para ver chegar a liberdade;

Anotar as boas tendências para não se debruçar em ressentimentos;

Amar cada luta para ser maior a conquista;

Seguir em direção ao ideal para encontrar a paz;

**ORAÇÃO** "Senhor, que eu seja atencioso(a) com o aluno problema pois ele depende de minha ajuda para a sua realização pessoal".

Colega, Se formamos, na escola, uma grande família, devemos lutar também pelo mesmo ideal. Aproveitemos, pois, o que nos transmite esta mensagem para trabalharmos com amor e otimismo ainda que, às vezes, em nossos caminhos surjam obstáculos . . ."

Os especialistas pretendem situar-se acima das contradições. É curioso notar que, sempre que escrevem algo sobre o seu papel na escola, ou sobre o papel dos professores, reaparece esta concepção.

No dia 9 de outubro, os professores são homenageados pela passagem do "dia do professor". Cada um recebe como presente um grampeador ( ! ) e a seguinte mensagem, lida por uma das orientadoras:

### "MENSAGEM À MESTRA

Você já ouviu dizer, milhões de vezes, que a ponte une os dois lados do rio.

Já ouviu também que a ponte é um diálogo.

E talvez tenha ouvido falar que os homens fazem pontes enormes sobre minúsculos filetes de água.

Seja como for,

cada vez que você for

convidado a ser ponte, não

se esqueça de unir os dois lados da vida.

'VOCÊ SABERÁ SER GENTE QUANDO SOUBER SER PONTE'.

Mestre,

Como ponte que você é, respeite a potencialidade de seus alunos; faça com que eles se encontrem, se realizem como estudantes, apesar de suas limitações. Só assim você terá assumido sua função.

Parabéns,

a você funcionário da E.E. . . . pelo seu dia.

São os votos da Diretoria da E.E. . . ."

Transcrevemos algumas observações feitas no correr do ano, a respeito da prática dos especialistas:

09 de abril: Orientadora Educacional (OE)

— Organiza os horários de aula dos professores.

18 de abril: Supervisora Pedagógica (SP)

— Distribui pauta para reunião de professores. A pauta foi elaborada com sugestões da supervisora, dos professores e das orientadoras.

— Elabora e divulga as datas e horários de provas bimestrais.

— Cobra os planos de curso dos professores.

— Cuida para que os professores não se demorem além dos minutos regulamentares do recreio.

— Inspecciona os diários de classe.

06 de maio: SP

— Questiona as razões de ausência de professor.

— Marca conselho de classe para um sábado, sem consultar os professores.

07 de maio: OE

— Um acontecimento insólito sacode a escola: desaparece uma revista pornográfica de uma das alunas. A orientadora passa, de sala em sala, ameaçando os alunos: se a revista não reaparecer, o pessoal ficará depois do horário de aulas, no pátio, para ser revisado pela diretora e por um guarda.

08 de maio: OE

— Passa nas salas: se os alunos conversarem na fila, durante a reza, terão os minutos descontados no recreio do dia seguinte, (no início do horário de aulas e depois do recreio a fila é organizada pela OE. Em seguida, os alunos sobem, um a um, para o pavilhão onde se situam as salas de aula).

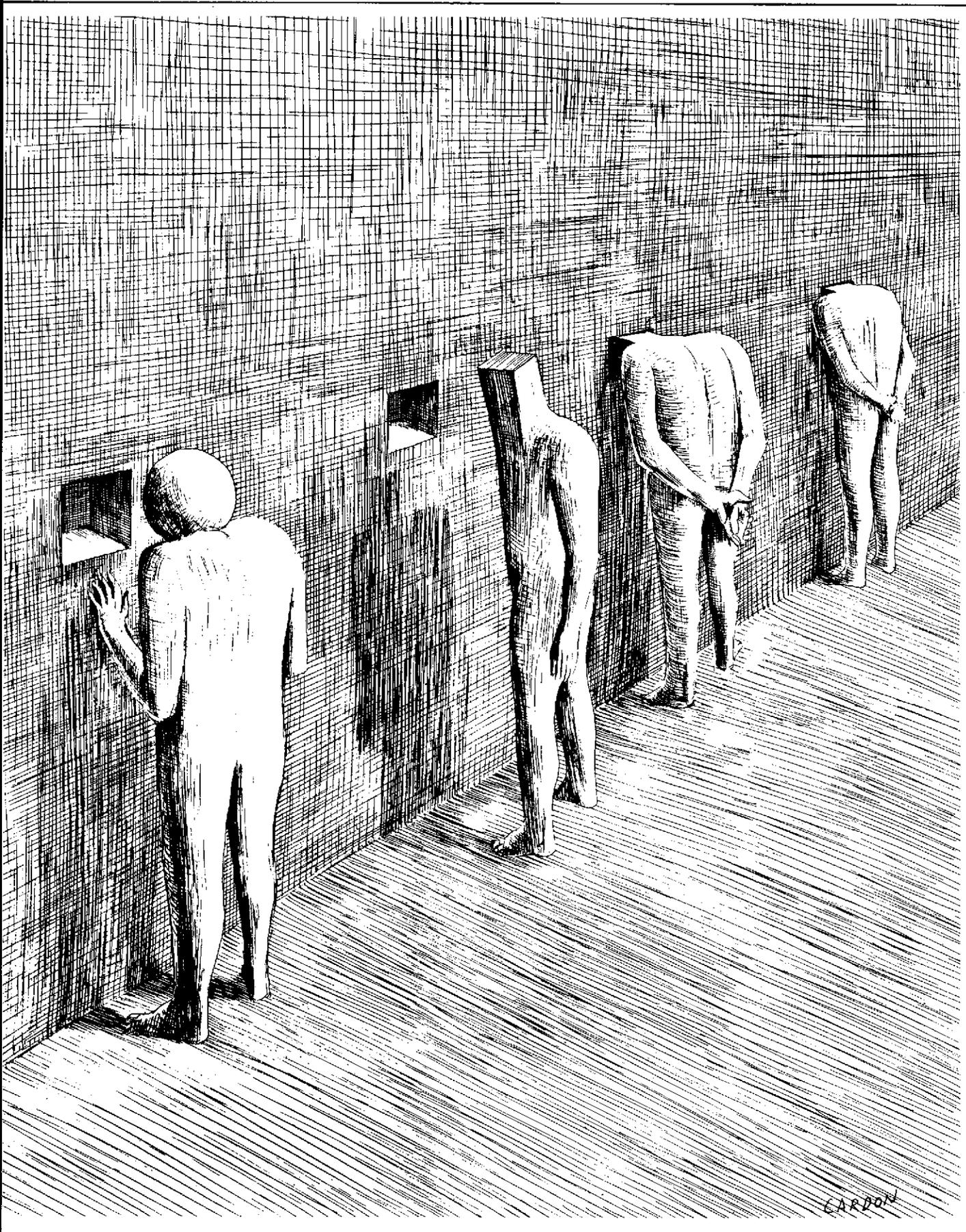


Ilustração: Correo da Unesco, Set. 73

SP:

- Comunica aos professores que a reivindicação dos docentes para a utilização da "sala dos professores" contida na pauta da reunião, não será atendida. Avisa, ainda, que a reunião será sábado pela manhã, fora do nosso horário de trabalho. Apresenta um documento para que seja assinado, assegurando que estamos "cientes" de que "haverá atividade no sábado" de manhã. O documento, assinado pela "direção" é peremptório: "Considero sua presença indispensável".

OE:

- Ensaia com os alunos os cânticos do "dia das mães".

12 de maio: SP

- Passa um texto mimeografado sobre as suas funções, "para que não haja incompreensão sobre a minha função".
- Prepara reunião dos professores com as orientadoras e a diretora.
- Encarrega-se de receber Cr\$ 80,00 dos professores que se interessem por uma duplicata da chave do portão.

18 de maio: OE

- Passa a seguinte "ficha de observação" para os professores preencherem:  
"Serviço de Orientação Educacional  
Ficha de Observação:

Alunos/aspectos

- Não possui material
- Não cumpre tarefas
- Infrequente
- Desatento
- Agressivo
- Falta base
- Desorganizado
- Conversa em aula"

19 de maio: SP

- Elabora a seguinte pauta para a reunião com os pais:
  - . Notas de moral e cívica e geografia
  - . Deveres de casa (professor deve tirar pontos de quem não fizer)
  - . Educação Física (reprovação)
  - . Fila dos alunos
  - . Merenda
  - . Pontos do bimestre
  - . Nota azul e vermelha
  - . Horário de entrada
  - . Mensalidade
  - . Reposição de aulas
  - . Frequência às aulas
  - . Papel de prova (campanha)
  - . Material escolar"

OE e SP:

- Participam de reunião com os pais. Os professores não foram convidados. Alguns insistiram na participação, mas foram impedidos com o argumento: "se houver algum assunto específico que torne ne-

cessária a presença de algum professor, este será chamado".

23 de maio: SP e OE participam do conselho de classe do 3º turno com os professores.

OE:

- Apresentam os indefectíveis "carômetros". São compostos pelas fotos 3/4 dos alunos (como nos cartazes de "procura-se"). Sob cada foto, o nome, a idade e a filiação.

OE:

- Identifica, em algumas turmas, os "líderes negativos". Este conceito é usado para estigmatizar estudantes que se rebelam frente às diretrizes da escola.
- Propõe que se padronizem as punições, se elabore um código de "direitos e deveres do aluno" e se condense e distribua a apostila "aprender a estudar". Mais tarde, foi realizada apenas a padronização das punições.
- Adverte professor, que já tinha encerrado sua participação no conselho de classe, de que não poderia sair, sob pena de "perder o módulo" (ou seja, o dia de trabalho).

29 de maio:

- Sessão de "discoteque" na escola. Os alunos que pagam Cr\$ 20,00 descem para dançar, enquanto os que não o fazem ficam nas salas. O controle é exercido pelas especialistas.

04 de junho: SP

- Organiza times de futebol dos professores e especialistas para auferir fundos para a "campanha".
- Passa nas salas vendendo ingressos para o jogo de futebol. Avisa que apenas os alunos que pagarem assistirão. Os demais deverão ficar em sala com o professor ou a inspetora de alunos.
- Vende, durante o recreio, pão-com-molho na cantina.
- Recolhe as "taletas" (parte destacável do diário de classe com notas, faltas e matéria lecionada).
- Distribui circular estabelecendo que os originais das provas bimestrais devem ser entregues com antecedência de cinco dias, para que haja tempo de efetuar eventuais alterações.

OE:

- Posta-se na entrada da cantina, onde é servida a merenda escolar, com uma caixa, onde os alunos devem depositar a contribuição "voluntária" de Cr\$ 1,00 para a "campanha". Vários alunos deixam de merendar.

08 de junho: SP

- Vende pipoca, pirulito, chocolate, enquanto a orientadora adverte estudantes "de castigo" no corredor onde se situam as salas dos "serviços administrativos" (o castigo mais comum é a perda do recreio). Esta prática se tornará uma rotina.

15 de junho: SP

- Passa nas salas para recolher os ingressos do jogo de futebol. Os que não haviam comprado não pu-

deram descer para assistir a ele. Foram encaminhados pela supervisora a uma sala onde ficaram sob controle da inspetora de alunos. No final, houve certa condescendência e o pessoal desceu para ver o jogo, depois de assinar um papel onde se assumia "dívida" com a escola. Esse documento foi idealizado e ficou em mãos da supervisora.

23 de junho: SP

- Participa da última reunião do bimestre com a diretora e os professores. Os aniversariantes do primeiro semestre recebem presentes e é distribuída mais uma mensagem cujo conteúdo era, em síntese, um agradecimento a Deus por estarem empregados.

Julho: Férias . . . . .

18 de agosto: SP

- Elabora, com base em material da Delegacia de Ensino, regulamento para "feira de trabalhos".
- Juntamente com OE participa de mais uma reunião de pais, sem a presença dos professores.

27 de agosto: SP

- Participa da reunião que tira delegado ao Congresso da União dos Trabalhadores do Ensino, mas recusa-se a assinar a lista de presença.

17 de setembro: SP

- Reúne-se com professores. Propõe cronograma de reposição de aulas, recusado pelos professores.

18 de setembro: SP e OE

- Reúnem-se com diretora e professores. Mais uma vez é proposto o cronograma de reposição de aulas, desta vez, pela diretoria. A proposta é recusada. A orientadora tenta interferir na decisão dos professores.

18 de setembro: SP e OE

- São chamadas pela diretora a ser testemunhas de advertência escrita a professor. Nesta condição, assinam o "livro de ocorrências" da escola. Este episódio tem uma relação direta com as duas reuniões anteriores.

21 de setembro:

- Serviço de Orientação Educacional propõe a padronização das punições na escola e uma "ficha de encaminhamento ao S.O.E.". A padronização prevista (e aprovada em reunião com professores) é a seguinte:

"Problemas com alunos

1º: serem resolvidos em sala pelo professor

2º: aluno encaminhado ao S.O.E.

3º: aluno encaminhado à supervisora

4º: aluno encaminhado à diretora

23 de setembro: SP

- A supervisora não permite que cartaz da União dos Trabalhadores do Ensino sobre paralisação do "dia nacional de luta" (1º de outubro) seja colocado no quadro de avisos. Mais tarde, a diretora, em recurso, permitirá.

24 de setembro: OE

- A orientadora distribui quatro exemplares da "ficha de encaminhamento ao S.O.E." para cada professor:

"Escola Estadual . . .

Serviço de Orientação Educacional

Ficha de Encaminhamento

Aluno . . . . . série . . . . . turma . . . . .

1 — Motivo do encaminhamento

— Desacato à autoridade

— Brincadeira de mau gosto

— Resistência ao trabalho da classe

— Dever de casa

— Infreqüência

— Estado de saúde

— Briga

— Falta de material

— Passividade

— Agressividade

— Mentiras

— Retardatário no horário

— Outros (especificar)

2 — Visão do aluno \*

Professor . . . . .

data . . . . . / . . . . . / . . . . .

### Contexto e Contradições

Se estamos estudando a situação de dois profissionais com um papel específico na rede escolar de ensino estadual, não podemos perder de vista a necessidade de entender o contexto das relações que determinam objetivamente seus papéis e, subjetivamente, o processo de produção das concepções sobre tais papéis.

Não se trata, então, do estudo de indivíduos isolados do processo de produção global da sociedade. É necessário reter que a escola pública é perpassada pelas contradições sociais que dão origem, na instituição, a outras contradições. Tais contradições não apenas determinam as atribuições desses profissionais, como chegam, inclusive, a conformar suas idéias sobre o papel que desempenham nas relações que se dão na escola de 1º grau, neste momento.

E que contradições são estas?

Existe uma questão estrutural a ser vista em primeiro lugar: o crescente papel que vêm ocupando os especialistas no sentido da expropriação do saber, tendendo a levar a um grau extremo o parcelamento do trabalho escolar, com todas as conseqüências daí decorrentes, em termos do controle e da progressiva desqualificação do professor.

Este papel, que nas quatro primeiras séries do 1º grau é indiscutível, nas restantes (5ª a 8ª) é ainda tendencial, contraditório, sofrendo grande resistência por parte dos

\* É a "visão" do professor a respeito do aluno.

professores. Do ponto de vista da divisão do trabalho na escola, é a questão fundamental.

Ao se tornarem instrumentos do processo de expropriação do saber, os especialistas se colocam diante da resistência quase instintiva dos professores que põe em xeque as belas palavras da ideologia corrente acerca de suas atribuições.

As fissuras que se dão neste nível tendem a aprofundar-se, se levamos em conta que as especialistas assumem parte das responsabilidades na administração escolar.

O que significa, hoje, administrar uma escola de 1º grau numa área de periferia? Significa, entre outras coisas, lidar com a crônica falta de verbas, de funcionários, de condições materiais mínimas para o "processo ensino-aprendizagem". E esta realidade tem implicações imediatas para as especialistas que se voltam para as diversas campanhas: "rainha do milho", "da primavera" etc., cuja finalidade é arrecadar fundos para substituir verbas que deveriam vir do Estado. Exatamente procurando fazer frente a esta situação é que as encontramos na prosaica tarefa de vender pão-com-molho, pirulito, pipoca, chocolate, a cobrar ingressos para a "discoteque" ou, ainda, a recolher contribuição dos alunos na fila da sopa.

Mas a questão objetiva da falta de verbas não obrigaria necessariamente as especialistas a tomarem tal posição. A análise de outros aspectos da questão administrativa, numa escola pública de 1º grau, auxilia a esclarecer o problema: um ponto fundamental é a indicação política da direção da escola. Sendo um cargo de confiança, é objeto de injunções políticas. Em decorrência, as delegacias de ensino e as diretorias das escolas oficiais são ocupadas, em sua grande maioria, por pessoas comprometidas com esquemas eleitoreiros de políticos clientelistas, principalmente na periferia e no interior, onde as diretorias são indicadas por deputados, prefeitos e vereadores que detêm parcelas de poder na máquina oficial.

Como as especialistas substituem efetivamente a diretora, estão submetidas a esse tipo de pressão que se constitui assim em outra via de fissura com as definições oficiais sobre as atribuições desses profissionais.

Mas também aí não se esgota a explicação para os papéis que objetivamente ocupam na escola. Levantaria ainda a questão da submissão desses profissionais à direção da escola, cujo aspecto determinante está no fato de serem **trabalhadores contratados**, sem estabilidade, num estreito mercado de trabalho controlado pelo Estado, através do processo anual de seleção dos trabalhadores do ensino.

Se é verdade que esses profissionais chegam a posições de controle, no sistema escolar, sem passar por um processo interno de cooptação, é preciso ter em conta que os cursos de pedagogia não se situam acima dos interesses dominantes. Sem condições de aprofundar aqui esta questão, é de se supor que a universidade cumpra as metas fundamentais de, por um lado, fornecer os instrumentos técnicos para o exercício do crescente controle da força de trabalho e expropriação do saber, como também forneça o *marshmallow* ideológico das definições oficiais.

## A Função Oficial

Em contraste com os registros do dia-a-dia e com as contradições que marcam os limites da prática dos especialistas numa escola pública destinada aos filhos da classe operária, a universidade e as Secretarias de Educação, transmitem a imagem oficial dos textos legais.

No documento oficial sobre as atribuições do Supervisor Pedagógico (1) temos um conjunto de atividades de supervisão pedagógica e administração. As sentenças mais usadas são: "Participar de planejamento...", "elaborar plano...", "coordenar o processo...", "adaptar as normas...", "acompanhar o desenvolvimento...", "orientar a elaboração...", "trabalhar integrado...", "participar... participar... participar...".

Estas definições, examinadas em si mesmas, deixam a idéia de um profissional que deve atuar em dois níveis, com funções de assessoria: no auxílio às atividades dos professores e no assessoramento à administração da escola.

A orientação da Secretaria de Educação abrange as seguintes atividades: *Planejamento*: além do global da escola e do específico do setor de supervisão pedagógica, encontramos o "planejamento curricular", a adaptação da escola "às normas emanadas do MEC e SEE" e o "plano de integração escola-comunidade". Em seguida, as atividades de *coordenação*: "Acompanhar o desenvolvimento do currículo", "orientar a elaboração e desenvolvimento dos planos de ensino", "assistência às atividades docentes", "orientar os docentes nas atividades docentes", "orientar os docentes nas atividades dos discentes que visem possibilitar-lhes maior conhecimento da comunidade".

Estamos diante de um profissional criado para participar, auxiliar o processo de planejamento global da escola e coordenar a aplicação desse plano, com preocupação pedagógica que se efetiva no acompanhamento, orientação e auxílio aos professores e estudantes, visando melhor desempenho escolar e maior conhecimento da comunidade, tudo isso em proveito do ensino-aprendizagem.

Daí então vêm as tarefas de assessoria administrativa: de um lado, a ligação entre a atividade da supervisora na escola e as diretrizes gerais, em dois sentidos: aplicando localmente as diretrizes gerais e, de volta, informando as equipes de supervisão regional, estadual e nacional, possibilitando o replanejamento. De outro lado, assessora a administração da escola na definição de diretrizes pedagógicas e administrativas, assessora o S.O.E. "no desenvolvimento de atividades que visem ao aprimoramento das condições de aprendizagem dos alunos".

Finalmente, cabe à supervisora avaliar o conjunto das atividades: currículo, desempenho dos professores, produtividade, integração escola-comunidade, "os resultados do processo ensino-aprendizagem", participando da "avaliação do sistema escolar em termos quantitativos e qualitativos".

(1) Orientação do Curso de Supervisão Pedagógica ministrado pela I Delegacia Regional de Ensino (à que se subordina a escola), no período 04/4 a 28/5/81, em Belo Horizonte.

Dessa forma, a supervisora, segundo o texto oficial, relaciona-se com os órgãos de supervisão da DRE, da SEE e do MEC, com os estudantes e professores, com a comunidade, em torno de um eixo que seria a contribuição para o aprimoramento das condições de ensino-aprendizagem. A presença da Supervisora Pedagógica ou do "setor de supervisão pedagógica" se justifica especificamente por esse eixo e sua suposta forma de atuar se dá através do auxílio, da coordenação, da orientação sobre questões surgidas nesse âmbito. No dia-a-dia da escola se relaciona principalmente com os professores.

Quanto às orientadoras, o texto legal (2) dispõe que as atividades são de coordenação e sistematização, voltadas para os estudantes: coordena "a orientação vocacional do educando", sistematiza o "processo de intercâmbio das informações necessárias ao conhecimento global dos alunos". Além disso, o orientador deve participar: "no processo de identificação das características básicas da comunidade", "no processo de identificação da clientela escolar", "na composição, caracterização e acompanhamento de turmas e grupos", "do processo de avaliação e recuperação do aluno", "no processo de integração escola-família-comunidade". Este profissional (ou este S.O.E.) participa, sistematiza, coordena atividades, de um lado ligadas à comunidade, e de outro lado relacionadas com a orientação dos alunos, com vistas ao aprimoramento da aprendizagem. Este é o texto oficial e a imagem que ele veicula.

### A Auto-Imagem dos Especialistas

Já num texto distribuído aos professores, as Orientadoras Educacionais assumem assim o seu trabalho junto aos professores, alunos, famílias e a comunidade:

Atuação diante de diretores e professores: "sensibilização para o trabalho de orientação educacional", "ajuda aos professores... na tarefa de orientar os alunos", sensibilizar a diretora "à reflexão crítica sobre o trabalho pedagógico e educacional", "coletar dados sobre o aluno com os professores".

Diante da família: "esclarecimento...", "incentivo à colaboração...", "promoção de um melhor relacionamento familiar".

Diante dos alunos: "Acompanhamento do rendimento escolar", "treinamento com métodos e técnicas de estudo", atendimento a alunos com problema escolar, "realização de sessões coletivas", "sondagem de dificuldades dos alunos", "promoção de um maior relacionamento escolar", "incentivo aos bons hábitos alimentares e à higiene corporal", "coordenação de atividades sociais e culturais", "promoção de um maior ajustamento pessoal, social, escolar, familiar e religioso", "confeção de *carômetros*..."

Diante da comunidade: "Caracterização...", "levantamento de recursos que a comunidade pode oferecer",

"diálogo e comunicação de experiência...", "definição de objetivos para o relacionamento escola-comunidade", "promoção de maior entrosamento entre toda a equipe escolar e os pais dos alunos", "promoção de entrosamento entre escola, família e comunidade", "seleção de livros a serem indicados aos pais e alunos", entre outras dimensões de sua prática educativa.

A preocupação principal dos orientadores educacionais, pelo que nos dizem os textos, é o rendimento escolar dos alunos; sua contribuição específica é a de propiciar as melhores condições de entrosamento para que haja o "ajustamento" do educando e, dessa forma, o objetivo da aprendizagem seja alcançado. Seu relacionamento fundamental é com o aluno. Assim, o orientador é uma espécie de conselheiro que estuda em profundidade a situação dos alunos e ajuda a superar possíveis dificuldades na aprendizagem.

É interessante notar que não há contradição entre a lei e os textos elaborados pelo S.O.E. Existe uma "visão-de-si" coerente com a lei, senão complementar. É o que vou chamar aqui de o papel do orientador educacional na ideologia oficial. Isso é válido também para a Supervisora Pedagógica. As diferenças, no caso, se referem ao âmbito da intervenção: enquanto a OE se relaciona principalmente com os estudantes, a SP se relaciona, em primeiro lugar, com os professores.

### A Fissura entre Formação e Cotidiano

Os especialistas são parte do "corpo técnico-administrativo", que é correia de transmissão, na escola, das orientações das delegacias de ensino e da secretaria de educação. Participando da administração, tornam-se co-responsáveis pelos objetivos do Estado, sobre o lastro da ausência de estabilidade, sem a qual o profissional não pode exercer, com independência, as atribuições previstas em lei.

Assim, estão dadas as bases de uma profunda fissura entre a formação do profissional e a legislação, de um lado, e o cotidiano da escola, de outro. As circunstâncias objetivas que cercam a educação escolar pública a que têm acesso os trabalhadores, aliadas à falta de uma sólida formação como educador e trabalhador, empurram, certamente, a imensa maioria dos especialistas para o desempenho do papel burocrático-repressivo que efetivamente lhes reserva o Estado.

O fato de assumirem uma prática especialmente repressiva em relação aos estudantes, encontra suas raízes mais profundas na conjuntura em que vivemos; tem, na própria escola, determinações mais imediatas: uma política que, por exemplo, a desfalca dos funcionários indispensáveis ao seu funcionamento rotineiro.

Que dizer da existência de apenas um inspetor de alunos (e este também polivalente, pois até substitui professor e realiza tarefas de secretaria) para cerca de 360 alunos?

A existência de problemas dessa natureza leva os especialistas a ocupar outro papel e, se por um lado se distanciam cada vez mais dos textos oficiais, mais se aproximam da ideologia veiculada, na prática, pela direção da escola,

(2) Decreto-lei nº 72.846 de 26 de setembro de 1973.

que é ajudante de ordens do poder na escola de 1º grau do Estado, neste momento. (3)

Os especialistas, até pelo fato de serem poucos, estão mais vulneráveis às pressões e à cooptação. Riscos de cooperação ocorrem, evidentemente, com todas as categorias de trabalhadores do ensino. A escola pública, ao se constituir em espaço do clientelismo político, é um local privilegiado para a troca de favores e o tráfico de influências. Mas tornou-se bem mais difícil para o Estado contar com a colaboração dos professores para os seus projetos, não apenas pelas dificuldades naturais que uma presença mais massiva oferece, como também porque o professorado vem se constituindo, nesta conjuntura, numa categoria combativa de trabalhadores. Este é o outro lado da moeda da expropriação do saber: são cada vez mais semelhantes as condições e as relações de trabalho dos professores e demais trabalhadores.

Os movimentos reivindicatórios dos trabalhadores do ensino trouxeram para o ambiente escolar a resistência à política salarial e, ainda em pequena medida, à política educacional imprimida pelo Estado. Evidentemente, esta resistência se manifesta igualmente diante das medidas encaminhadas pela direção da escola via especialistas. Criam-se, então, conflitos entre os professores e os especialistas, na medida em que os interesses do Estado são, muitas vezes, antagônicos aos do professorado.

Esses profissionais saltam, então, das nuvens das diretrizes oficiais para mergulharem na teia de contradições do cotidiano e, obviamente, não saem ilesos. Além de eles próprios viverem na carne as contradições originadas das relações de trabalho, de educadores que têm suas aspirações frustradas pelo sistema escolar, são simultaneamente chamados a assumir a direção da escola, a conduzir campanhas de arrecadação de recursos das famílias dos alunos, a reprimir sistematicamente, para que o Estado saia, este sim, ileso de toda esta trama.

A observação da prática diária dos especialistas surpreende nos dois aspectos já assinalados: o caráter extremamente repressivo (da "ficha de avaliação", da "ficha de encaminhamento ao S.O.E.", dos "carômetros") e a visão permanentemente reafirmada de que a escola é uma benesse do Estado para os trabalhadores.

A questão do eixo ensino-aprendizagem dos textos oficiais, na prática, aparece muito pouco. Há grande preocupação com a entrega das provas com antecedência, para que sejam aplicadas no dia prefixado pela supervisora, com os diários de classe devidamente preenchidos e com as notas entregues em dia (há inclusive punição prevista para os que não cumprem os prazos estabelecidos).

Em relação aos estudantes, há o controle dos horários, da obediência nas filas e, sobretudo, do silêncio. Mas nunca se discutem as questões pedagógicas, a não ser quando surgem sob a forma do "aluno-problema", de um rendimento escolar especialmente negativo, diante do qual preva-

lece o enfoque individual, com o chamamento do pai à escola quando a situação chega a um ponto sem retorno . . .

Como educadores, os especialistas vêem frustradas suas aspirações proclamadas e o edifício ideológico das diretrizes oficiais ameaça ruir, apesar dos esforços dos especialistas para mantê-lo de pé, sempre que a ocasião permite um pronunciamento público sobre os objetivos de suas atividades na escola.

#### As Funções Não Proclamadas

Vistos estes aspectos, a questão inicial pode ser retomada, e não é simples. Nos registros da prática dos especialistas, percebemos que, ao lado da execução de algumas das tarefas que lhes são formalmente atribuídas, existem outras — a imensa maioria — que nunca estarão nos textos legais. E, no entanto, são estas últimas que compõem grande parte do cotidiano dos especialistas. E que revela o dia-a-dia?

Em primeiro lugar, assumem tarefas predominantemente burocráticas e, no terceiro turno, são a direção da escola. Assim, entram em choque com o papel que acreditam cumprir na escola de 1º grau.

Curiosamente existe um "quadro de tarefas do pessoal administrativo" afixado na cantina, elaborado pela diretora da escola. Aí, melhor que em qualquer outro lugar, estão as definições que mais se aproximam do dia-a-dia da supervisora. São as seguintes:

- 1 — Controle do horário dos professores
- 2 — Controle do déficit de alunos
- 3 — Atendimento a pais, alunos e professores
- 4 — Organização de circulares e avisos — comunicação
- 5 — Atendimento à matrícula
- 6 — Controle dos livros de chamada dos professores
- 7 — Assistência pedagógica aos professores" (4)

Controle é a palavra-chave. Não por acaso a questão pedagógica aparece como o último item.

Como dizíamos, as condições objetivas do exercício profissional na escola de 1º grau do Estado, onde faltam de serventes a diretor, a inexistência de estabilidade profissional, entre outros fatores, determina a submissão às orientações da diretora e a assunção de outras funções mais burocrático-repressivas que pedagógicas.

Os ideais de "participar", "contribuir para o entrosamento" etc., convivem com a prática de controle de professores e estudantes para que a escola permaneça tal como está. O eixo de suas atividades deixa de ser o ensino-aprendizagem para ser a busca da "paz interna", propiciando, em última instância, que a educação escolar destinada aos trabalhadores continue ocupando o undécimo plano nas preocupações do Estado.

Nesse contexto, os especialistas oscilam entre o papel que o Estado lhes atribui formalmente e o papel que efetivamente desempenham. Sob o ângulo da ideologia, interessa

(3) Não podemos deixar de registrar uma linha de coerência entre o discurso oficial da "abertura" e o discurso dos pequenos burocratas dirigentes das agências governamentais. Também aqui se celebra a democracia, enquanto a prática é autoritária.

(4) No mesmo quadro constam as tarefas da vice-diretora, auxiliar de secretaria, inspetora de alunos, serventes mas não existem as tarefas das orientadoras.

entender que o discurso oficial, embora não conseqüente com a prática diária, será reafirmado sempre que haja oportunidade. Por outro lado, a prática gera traços ideológicos que têm pontos de contato com o cotidiano. Traduz-se num discurso fragmentado (em fragmentos de discurso), de forte cunho autoritário.

Em outro nível, está a contradição imanente a este trabalhador do ensino que não desfruta das regalias e é elevado à condição de representante do Estado na escola, ao assumir sua direção; um educador que proclama seu papel de auxiliar no processo educativo e é obrigado a distribuir publicidade de casas comerciais nas salas de aula, cumprindo determinação oficial da Secretaria de Educação; um profissional que se coloca acima das contradições e se vê compelido a *tapar o sol com a peneira*, vendendo doces, estimulando os estudantes a venderem votos para a "campanha da primavera".

### Os Reflexos Ideológicos da Prática Cotidiana

Para concluir, podemos situar o problema dos reflexos ideológicos gerados pela prática dos especialistas da seguinte forma: como vimos, existe um discurso oficial sobre os especialistas que é assumido, sem críticas. É exposto na legislação sobre suas atribuições e supomos que o curso de pedagogia esteja invadido por ele. Conflita com o cotidiano da escola de 1º grau, mas se sobrepõe à prática, especialmente nos momentos solenes quando os especialistas falam de si.

É importante salientar que este discurso se articula com a ideologia que as classes dominantes produziram no Brasil sobre a educação. Em seu trabalho "Considerações sobre o significado real e manifesto da Orientação Educacional", Alda Villas Boas cita alguns trechos da exposição de motivos da Lei de Diretrizes e Bases, feita pelo banqueiro e ministro Clemente Mariani e comenta:

"Os ideais de construção de uma sociedade aberta através da educação, onde os princípios de igualdade de direitos e de oportunidade aparecem como diretrizes básicas ao lado do respeito às capacidades e iniciativas individuais, tornam-se claramente explícitos na exposição de motivos da L.D.B. . A orientação educacional aparece como um excelente recurso auxiliar, neste processo, devido aos objetivos e forma de atuação. . ."

A ideologia burguesa da educação e o discurso oficial sobre um de seus aspectos, que é a orientação educacional, articulam-se. Uma e outro são negados na prática. A negação da ideologia oficial sobre o papel dos especialistas se dá eminentemente na ação cotidiana de supervisores e orientadores e não por suas palavras que, como vimos, não se diferenciam basicamente dos textos legais.

Esta contradição entre ação e pensamento coloca os especialistas diante do seguinte dilema: ou deixam de lado as belas palavras e expressam o fundo autoritário que guia, efetivamente, suas atividades, guardando uma estreita coe-

rência com seu fazer diário, ou passam a questionar sua ação na escola de um ponto de vista crítico que rompe, por outra vertente, com as belas palavras.

No primeiro caso, estreita-se a margem de persuasão, inviabilizando seu trabalho. A outra opção requer a consciência filosófica (e política) que supere o senso comum.

Na medida em que estas alternativas são descartadas, as relações que ocorrem no dia-a-dia da escola produzem, a nível da consciência desses agentes, um amálgama de concepções conflituosas, pois a realidade mostra-se sempre mais complexa e contraditória e não há uma crítica radical à ideologia oficial. Certamente se poderia usar aqui o conceito gramsciano de *bizarria*.

Compelidos a posições de mando na hierarquia, os especialistas são tentados, ainda, pelo discurso conciliatório que corresponde ao projeto de dominação, neste momento de crise.

Resulta disso tudo um complexo sistema em que se articulam e conflitam a ideologia oficial, com seu paradigma de especialista, os fragmentos ideológicos gerados pela prática repressiva e o discurso da "participação", do "diálogo", da "democracia", tão em voga.

A afirmação das belas palavras da ideologia oficial e a prática que a nega constituem uma unidade indissociável desses dois aspectos contraditórios. Por isso, a tentativa de superar a prática, ao que parece, não passa pela exigência de que, afinal, se "cumpra a lei". As atribuições ideais têm precisamente o papel de falsear a realidade. Esta só se desvela pela crítica, na própria prática, realizada por estes trabalhadores do ensino. E é este mesmo processo que origina um discurso novo, colado à prática e à sua crítica.

Nesse sentido, as contradições vividas no cotidiano pelos especialistas são a referência para a superação do papel que desempenham e o conseqüente abandono das visões idealistas acerca de suas atividades, cuja matriz são os próprios textos oficiais.

Algumas experiências alternativas no desempenho das funções de Supervisão, Orientação e Direção, vinculadas a uma atividade coletiva junto aos demais educadores e mesmo à comunidade, parecem indicar os caminhos para a superação dos impasses em que se debatem hoje os especialistas, na escola oficial de 1º grau, na periferia.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista; a degradação do trabalho no século XX*. 2. ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.
- CHAUI, Marilena. *O que é ideologia*. São Paulo, Brasiliense, 1980.
- GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. 2. e. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- VILLAS BOAS, Alda Cristina. *Considerações sobre o significado real e manifesto da Orientação Educacional*. Belo Horizonte, Mestrado em Educação da UFMG, 1981. (Texto datilografado).